

# Dossiê Temático

## Identidades, diferenças e violência na cultura universitária

*Catarina Dallapicula<sup>1</sup>*

Universidade do Estado de Minas Gerais

*Jussara Carneiro Costa<sup>2</sup>*

Universidade Estadual da Paraíba

DALLAPICULA, Catarina; COSTA, Jussara Carneiro. *Identidades, diferenças e violência na cultura universitária: apresentação ao dossiê. Acono – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (26): 11-18, maio a agosto de 2024. ISSN: 2353-5587

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora da Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios da Universidade do Estado de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Coordena atualmente o Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais (NINETS/UEPB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB na Linha de Pesquisa “Gênero, Diversidade e Relações de Poder”.

## APRESENTAÇÃO AO DOSSIÉ

**D**ebates recentes sobre os espaços possíveis para a diferença no contexto das universidades públicas brasileiras têm se localizado numa teia discursiva que articula uma série de fenômenos cuja complexidade abarca desde as disputas narrativas em torno de ações afirmativas, como diferentes políticas de cotas étnico-raciais para acesso à universidade; o reconhecimento institucional do nome social para diversas identidades associadas à dissidência de gênero e o uso do banheiro por essas populações . Nesta seara, também se verifica o debate sobre medidas que ampliem o acesso possibilitado pelas políticas de cotas, assegurando condições de permanência de grupos sociais contemplados no âmbito da universidade.

Neste contexto, diversas universidades do país obtiveram destaque pelas crescentes denúncias de assédio moral, assédio sexual e violências de gênero manifestas de formas diversas, além de práticas de racismo e capacitismo, indicando que o espaço ocupado pelas discussões dessas violências na academia nem sempre incide na transformação efetiva da cultura universitária.

Marie-France Hirigoyen (2017: 123), a pesquisadora que cunhou o conceito de *moral harcèlement*, em português assédio moral, afirma que em suas pesquisas o “assédio predomina no setor terciário, no setor de medicina social e no de ensino”. Além disso, a autora demonstra que o assédio ocorre com maior frequência no setor público. Não por acaso, em Boletim Especial lançado pela Associação de Docentes da Unicamp, em março de 2014, uma das matérias indica que no Brasil, o setor em que as denúncias de assédio moral mais têm crescido é o acadêmico.

No primeiro artigo deste dossiê, intitulado *Tortura moral na gestão do trabalho de professoras universitárias: dimensões de um dispositivo*, Catarina Dallapicula, Margareth Diniz e Marco Antonio Torres analisam elementos constituintes de um dispositivo de correção de professoras universitárias que, no exercício da docência em instituições públicas de Ensino Superior, sofrem processos de violência institucional. Ao elaborar a análise desse dispositivo de violência institucional, o nomeiam como tortura moral e justificam sua diferenciação em relação às práticas de assédio moral estudadas por Hirigoyen.

Enquanto os autores focaram na naturalização da violência institucional vivida por mulheres no exercício da docência em universidades públicas, também é relevante pensar as naturalizações de violências contra discentes. Frequentemente essas violências são mediadas por racismos, pela heterocisnatividade e pela branquitude como norma. Em *Aprendizados de um corpo-escuta: a branquitude e a cisheteronormatividade na formação em psicologia social*, Sharyel Barbosa Toebe e Luciana Rodrigues analisam, a partir de cartas-denúncias escritas coletivamente por discentes de um programa de pós-graduação, os desconfortos vivenciados por quem tem suas identidades marcadas pela diferença. O texto demonstra como a cultura universitária é constituída por as narrativas violentas em relação às identidades e diferenças.

A ação coletiva parece dar força para a possibilidade de denunciar mesmo as violências sexuais que, de outra forma, não seriam publicizadas devido à crença de que as denúncias caem em um lugar de não-escuta. A mobilização coletiva parece criar um campo possível de registro político e de fortalecimento da fala.

Também o artigo *Centro de Culturas Indígenas da UFSCar: estratégia de resistência nos desafios e nas lutas dos(as) estudantes indígenas universitários(as)*, de Marcos José de Aquino Pereira, Jocimara Braz de Araújo Pataxó, Pedro Manoel da Silva Santos Pankararu e Claudiana Brazão Lopes Baré, elabora importantes reflexões sobre presenças e ausências indígenas na universidade e como o coletivo indígena emerge enquanto estratégia desenvolvida por eles(as) para o enfrentamento de violências e afirmação de suas identidades, ajudando a compreender que a inteligibilidade formada pela racionalidade que orienta as práticas da universidade mantém a experiência indígena numa zona de não reconhecimento.

As experiências apresentadas sinalizam como as políticas de acessibilidade mostram-se tímidas em modificar o quadro de interdições associadas à raça e etnia, sexo e gênero no âmbito acadêmico, a começar pela persistente segregação do espaço universitário brasileiro. Conforme levantamento do INEP realizado no ano de 2017, as mulheres representam 57% das pessoas matriculadas na graduação e 55% nas pós-graduações. Ainda assim, a assimetria é superada num ritmo lento: de 11% para 21% nos últimos 10 anos, enquanto a média nos países estudados pela OCDE é de mais que o dobro: 44%. Destacam-se nesse intercurso os mecanismos de segregação vertical e horizontal. No primeiro caso registra-se a concentração de ocupações “menores” como demonstram os indicadores de acesso às Bolsas de Produtividade (PQ), oferecidas pelo CNPq: uma proporção de 35,3 mulheres para 64,6 de homens entre contemplados/as. No segundo caso, pela segregação horizontal, ainda que maioria nos cursos de graduação e pós graduação, o acesso a posições de prestígio na carreira acadêmica representa pouco mais que 30%, na sua maioria, em áreas tidas como femininos, com maior desvalorização agregada. Destaque-se aqui que os indicadores não permitem, ainda, uma análise amiudada de como raça e sexualidade interatuam nesses mecanismos de segregação.

Além das denúncias de assédio moral, no que concerne a denúncias de assédio sexual, levantamento feito pelo Intercept Brasil tomou por base 209 ocorrências registradas entre 2008 e 2018, no âmbito de 122 instituições universitárias (sendo 88 públicas 34 privadas). O estudo indicou que

desde 2008, pelo menos 556 mulheres, entre estudantes, professoras e funcionárias, foram vítimas de algum tipo de violência em instituições de ensino superior. Entre os casos, há assédio sexual, agressão física e/ou psicológica e estupro – a maioria dentro das instalações universitárias, praticada principalmente por alunos e professores. (SAYURI e SICURO, 2019: s/p)

Em 2020, através de pesquisa com 44 instituições federais de ensino superior brasileiras, Beltrame (2020) aponta que 70% das instituições não possuem qualquer medida de combate ao assédio, reforçando que, apesar da significativa recorrência do fenômeno, convive-se com uma consolidada escassez de investigações e problematizações ao tema. Sem amparo institucional, o que resta com frequência é a busca por esse amparo no arcabouço jurídico penal, que apresenta alguns complicadores. Ressaltam-se os riscos do deslocamento do problema para o âmbito do direito penal, restringindo o enquadramento do fenômeno como problema moral de indivíduos agressores, distanciando a sua localização do caráter ético e, portanto, do *ethos* institucional universitário. Registram-se as limitações

encontradas na própria tipificação penal do assédio e a maneira como incidem no difícil enquadramento das múltiplas formas de violência orientadas por discriminação étnico-racial, de classe, de gênero e/ou sexuais.

Dessa forma, condutas que se dão no âmbito da relação de hierarquia institucional, mas não envolvem de forma explícita a imposição do favor sexual (a exemplo da importunação, injúria, contato físico não desejado, conversas inconvenientes sobre sexo, mensagens escritas, gestos, cantadas, piadas e insinuações, dentre outras formas) e, igualmente, aquelas que imponham a obtenção de favores, mas não envolvem uma relação de hierarquia dificilmente são reconhecidas como assédio se não estiverem localizadas num conjunto recorrente e sistemático de investidas das quais se tenha registro.

Essa constatação torna ainda mais relevante a discussão feita por Paula Keiko Iwamoto Poloni e Nataly Correia Silva no segundo artigo deste dossiê, *Assédio Sexual nas Universidades Federais: Reflexões e Desafios na Cultura Universitária*. As autoras identificam, a partir de dados coletados junto à Controladoria Geral da União, dentre outras fontes, a fragilidade e inexistência de abordagens e instrumentos que viabilizem a construção de indicadores para subsidiar o enfrentamento efetivo dessas violências, afirmindo a necessidade de compromisso institucional para eliminar a desigualdade de gênero e o assédio sexual nas universidades.

Os dados acima não divergem do que indicou a pesquisa nacional realizada pela ANDIFES com discentes de cursos de graduação presenciais de 65 Instituições Federais de Ensino Superior, sendo 63 universidades e 2 centros federais de educação tecnológica, segundo a qual,

16,8% dos (as) discentes se dizem vítimas de assédio moral. É possível perceber neste público alguns perfis cuja agressão é mais regular. Um primeiro perfil muito claro envolve o sexo, o gênero e a sexualidade. Viu-se que 62,8% das vítimas são do sexo feminino e 36,6% do sexo masculino. Além disto, quanto mais o gênero declarado se afasta do padrão dominante, maior o volume de assédio. Recortando o público por gênero, pode-se perceber o percentual de indicações de assédio, numa sequência decrescente, para estudantes não-binários (as) (26,8%), mulheres transexual e transgênera (21,5%), homens transexual e transgênero (20,2%), mulheres cisgênera (19,8%) e homem císgênero (13,7%) [sic.]. O mesmo fenômeno se capta para a orientação sexual, pois a lógica aparentemente dominante revela uma preferência pela vitimação para as pessoas que mais distantes se colocam em relação à heteronormatividade. A comprovação pode ser alcançada na ordem decrescente de percentis de vitimação dentro do público que se autodeclara pansexual (30,2%), bissexual (27,2%), assexual (23,7%), homossexual (23,5%) e heterossexual (14,9%). (ANDIFES, 2019: 175)

Em se tratando de violências contra a população trans, a partir da análise desenvolvida numa universidade federal, Leandro Andrade Henriques e Marco Antonio Torres, discutem, no terceiro artigo *Regime normativo cisgênero e a permanência das pessoas trans nas Universidades*, os desafios à permanência de uma pessoa trans na universidade, apontando o quanto a elaboração de normativas e de políticas institucionais desconsidera as especificidades das vidas trans.

Ainda considerando marcadores identitários de exclusão, tomando por base relatos de mulheres negras cientistas que alcançaram uma vaga no corpo docente de um dos cursos de pós-graduação de uma universidade federal, no quarto artigo *Obstáculos estruturais e a interseccionalidade de gênero e raça/etnia na trajetória de mulheres cientistas da UFMG, Brasil*, Marcel de Almeida Freitas e Gabriel Salgado Ribeiro de Sá apresentam como raça e gênero se interseccionam na produção de mecanismos que contribuem para manter tal segregação.

A discussão apresentada pelos artigos citados se inscreve em um contexto de notoriedade recente de casos de assédio, incluindo evidentes denúncias contra intelectuais com destacado e reconhecido histórico de iniciativas em favor de grupos marginalizados. Em alguns casos, os assediadores são oriundos desses mesmos grupos, perante os quais logram reconhecimento como legítimos representantes. Há situações em que os denunciados têm como temas de pesquisa e atuação o próprio assédio, inclusive no local de trabalho. Noutras ocasiões, esses intelectuais são altamente reconhecidos por seus devotados investimentos na análise crítica dos limites encontrados no alinhamento político pedagógico da universidade pública com os processos de violência epistêmica que teceram a experiência da colonialidade, constituindo-se como referência quase obrigatória para a reflexão sobre o tema.

É relevante marcar que são justamente algumas das práticas de delimitação do que pode ser dito, como e por quem, resultantes da colonialidade acadêmica que persistem na validação do lugar de poder desses intelectuais, limitando a circulação e validação de pesquisas que não os citem.

Em uma análise autoetnográfica, Igor Vinícius Lima Valentim, no artigo *“Tudo o que você escrever tem que ter o meu nome!”: Autoria, orientação, polêmicas invisibilizadas e violências naturalizadas*, discute a naturalização de violências no contexto do compartilhamento de autorias entre discentes e docentes em processos de orientação, apresentando importantes reflexões sobre ações que se repetem em cotidianos de programas de pós-graduação de todo o país, raramente questionadas.

A naturalização dessas práticas de compartilhamento compulsório de coautoria é tão nociva quanto a imposição de usos de autores/as e conceitos impostos como condição para aceitação em dados campos ou grupos de pesquisa. Essa discussão é abordada no artigo *Vassalagem acadêmica e alteridade a partir de uma experiência universitária*, em que Erisvaldo Pereira dos Santos reflete sobre experiências vivenciadas e práticas existentes no interior de universidades brasileiras, propondo o conceito de vassalagem acadêmica para pensar as relações de sujeição que impedem o desenvolvimento do espírito crítico, da emancipação política, produzindo o ostracismo como punição a sujeitos insubmissos.

Emaranhando-nos nas estratégias da governamentalidade neoliberal, conforme descrita por Foucault (2008), Gadelha (2018), Gamson (2008) e Dallapicula, Lima e Diniz (2022), nos deparamos ainda com as disputas estabelecidas entre grupos marcados pela diferença na concorrência por espaço no restrito cabedal de políticas públicas disponibilizadas a essas populações. Os processos envolvem a disputa pelo reconhecimento como sujeito de direito e direito à representatividade, as complexas interações com burocracia institucional e disputas de orçamento, o que tem adquirido novas dimensões com a explosão discursiva e midiática sobre o tema, sobretudo nas redes sociais.

Inscrito nesse campo de disputa com uma reflexão sobre violências vivenciadas por estudantes que habitam a moradia estudantil, no artigo *Escutando a Moradia Estudantil: o que o cotidiano de violência nas residências universitárias diz sobre o extrativismo que sustenta a educação superior?*, Isadora Guerra da Silveira e Antonádia Monteiro Borges apresentam elementos que apontam a fragilidade da retórica articulada em torno da acessibilidade e adensam a indicação de que o debate sobre acesso e permanência precisa ser ainda bastante alargado, incluindo as vivências e leituras políticas dos sujeitos a quem as políticas institucionais se destinam.

No mesmo sentido, Beatriz Silva Cuellar da Costa, Ricardo Sant Ana Felix dos Santos e Isadora Guerra da Silveira apresentam o artigo *O fim da “Era das Quentinhas” pela mobilização estudantil: o ressurgimento do Movimento Estudantil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2022*, apontando a dificuldade de acesso, o descaso com a alimentação, saúde e segurança alimentar dos estudantes como indicadores da fragilidade das políticas de permanência na universidade.

Os artigos articulados nesse dossiê permitem, a partir das experiências, análises e reflexões apresentadas, aferir que as violências associadas à marcação das diferenças constituem o *ethos* institucional universitário brasileiro. Na sua configuração, envolvem mecanismos cuja difícil tarefa de decifração demanda observar como a violência epistêmica que atua na relação entre a gestão do conhecimento e poder também tece a institucionalidade universitária articulada pela experiência da colonialidade.

Joana Overing (2004) observa como a reiteração da visão corporativa modelada nos valores do mundo de negócios traz para a universidade também a invasão semântica de terminologias como eficiência, e produtividade, juntamente com tecnologias de policiamento e gerenciamento, conformando uma cultura autoritária, coercitiva e punitiva; bem como a criação de padrões e critérios externos para comparação e julgamento. O “rankeamento” de indicadores de performance de instituições e pesquisadores/as extremamente desleais não considera a disparidade de condições em que exercem suas funções.

Nesses processos também tem se tornado cada vez mais importante a problematização das dinâmicas de extrativismo intelectual. A compulsoriedade de citações e menções em publicações de trabalhos que resultem de pesquisas desenvolvidas no âmbito do pós-graduação resvalam na apropriação indevida da produção discente.

Há que se destacar ainda o abuso da cultura de representação democrática que impregna os espaços de gestão administrativa e governança, do nível departamental aos conselhos superiores, por mecanismos de barganha de votos para formação de maiorias que assegurem os resultados de pleitos internos. Nesses processos o direito ao contraditório costuma ser exercido como massacre da expressão de grupos marginalizados reiteradamente derrotados, cristalizando relações de poder desequilibradas, ainda que frequentemente encobertas por eventos sociais que anunciem o compromisso institucional com o enfrentamento dessas violências.

Como aspecto complementar verifica-se a precarização dos lugares ocupados por pesquisadores/as que ousem problematizar essas questões, vulneráveis a toda sorte de abusos institucionais, que podem incluir o descrédito por seus pares, isolamento e asfixia acadêmica. Na análise dos artigos que compõem esse dossiê podemos verificar como o esforço de manter-se independente e público, resulta na solidão e acúmulo de derrotas para esses/as intelectuais, muitas vezes associadas a recusa em ter seu trabalho instrumentalizado “pelo mercado, pela militância, pela política, pelo público, pela mídia ou pelos imperativos associados à própria carreira” (SANTOS, 1997: 18).

Os esforços empreendidos contam com inspirações feministas, antirracistas, da luta LGBTI+, dentre outras que interpelam criticamente a ciência e, por conseguinte, a universidade, mantendo a percepção da centralidade estratégica do conhecimento e tecnologia nas estratégias de dominação e, portanto, no seu enfrentamento.

Assim, as experiências de pesquisa, análises e reflexões articuladas por este dossiê concorrem para o reconhecimento de que necessitamos rever estratégias utilizadas para o enfrentamento da violência epistêmica, a começar pela revisão da maneira como posicionamos a articulação entre marcadores identitários de diferença, como raça, sexualidade e gênero nas políticas de gestão do trabalho e da vida no âmbito das universidades. Nas estratégias aí delineadas e, sobretudo, na identificação de como esta articulação se encontra impregnada no tecido das instituições voltadas à produção do conhecimento, faz-se imprescindível reconhecer que a universidade, como outras instituições não pode estar fora das nossas pretensiosas estratégias de desconstrução.

Por se tratar de um processo a longo prazo, sem qualquer vislumbre de que seja posto em andamento pelos próximos dias, faz-se necessário, em caráter emergencial, instituir mecanismos que acolham e reparem as pessoas atingidas e imponham o ajuste de condutas estabelecendo punições compatíveis com os agravos, tanto de caráter moral (direcionados a agressores), quanto de caráter ético (direcionados à institucionalidade).

Na experiência brasileira, as estratégias de acesso e permanência de grupos marginalizados a instituições públicas de ensino superior devem pensar a relação com o ensino de graduação. É preciso questionar como os processos aqui narrados incidem sobre a capacidade de mediação e mesmo de sobrevivência da universidade. Nossa intenção é produzir possibilidades de debate sobre o tema, considerando os efeitos da omissão perante as violências sobre a legitimidade social da universidade pública enquanto espaço democrático e produtora de conhecimento socialmente referenciado. A incapacidade de enfrentar, prevenir e compensar as violências apresentadas nos fragiliza enormemente perante os verdadeiros inimigos, tornando urgentes as reflexões que compõem este dossiê.

## Referências

- ADUNICAMP. Assédio Moral no Ambiente Acadêmico. *Boletim especial ADUNICAMP*. Campinas: Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- ANDIFES. V *Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018*. Brasília: ANDIFES, 2019.
- BELTRAME, Bianca Spode. Programas de Prevenção e Tratamento dos Casos de Assédio: Benchmarking entre as Instituições Federais de Ensino Superior. *Perspectivas Contemporâneas*, 15 (2): 117-143, 2020.
- DALLAPICULA, Catarina; LIMA, Gabriela Pereira da Cunha; DINIZ, Margareth. Subjetivação e experiência no exercício da docência em instituições de ensino superior: entre controle e linhas de fuga. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 9 (21): 203-212, 2022.

- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Revista Educação e Realidade*, 34 (2): 171-186, 2009.
- GAMSON, J. “Deben autodresteuirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema”. In: JIMÉNEZ, R. M. M. (Ed.) *Sexualidades transgresoras, una antología de estudos queer*. Barcelona: Icaria editorial, 2002. pp. 141-172.
- HIRIGOYEN, Marie-France. *Mal-estar no trabalho*: redefinindo o Assédio Moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- OVERING, J. A reação contra a descolonização da intelectualidade. *Ilha – Revista de Antropologia*, 6 (2): 5-27, 2004.
- SANTOS, Milton. O intelectual e a universidade estagnada. *Revista Adusp*, 11 (11): 16-20, 1997.
- SICURO, Rodrigo. Abusos no campus: mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidades desde 2008. Mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidades desde 2008. *Intercept Brasil*, 2019.

